

Protecionismo e interesses estratégicos do oceano Índico moçambicano: alternativas nacionais e cooperação internacional

Protectionism and strategic interests in the Mozambican Indian Ocean: national alternatives and international cooperation

Proteccionismo e intereses estratégicos en el Océano Índico de Mozambique: alternativas nacionales y cooperación internacional

Lilamo Pereira¹

<https://orcid.org/0009-0009-4073-3421>

Resumo

O artigo intitulado “Protecionismo e interesses estratégicos do Oceano Índico moçambicano: alternativas nacionais e cooperação internacional” aborda a crescente presença militar no litoral de Moçambique, analisando suas implicações para a segurança nacional e a preservação da soberania do país. O principal objetivo do estudo é explorar como a militarização costeira é usada como resposta aos desafios geopolíticos, incluindo a proteção de recursos naturais e a defesa contra ameaças, como a pirataria e o extremismo religioso, particularmente na província de Cabo Delgado. O estudo também explora como a militarização se relaciona com os interesses estratégicos de potências externas, que têm interesses na região devido à sua importância no comércio internacional e nos recursos energéticos, como o gás natural encontrado na Bacia do Rovuma. A metodologia utilizada no estudo é qualitativa, com uma análise documental, também são utilizados dados de fontes secundárias, como relatórios de organizações internacionais, como a ONU e a SADC, para entender a dinâmica da militarização e a resposta das forças armadas de Moçambique. A pesquisa considera ainda o impacto da presença militar estrangeira, com uma reflexão sobre os limites da soberania e os desafios da cooperação internacional em áreas sensíveis.

Palavras-chave: Militarização. Soberania Nacional. Oceano Índico.

Abstract

The theme “Protectionism and strategic interests in the Mozambican Indian Ocean: national alternatives and international cooperation” addresses the growing military presence on the coast of Mozambique, analyzing its implications for national security and the preservation of the country’s sovereignty. The main objective of the study is to explore how coastal militarization is used as a response to geopolitical challenges, including the protection of natural resources and defense against threats such as piracy and religious extremism, particularly in the province of Cabo Delgado. The study also explores how militarization relates to the strategic interests of external powers, which have interests in the region due to its importance in international trade and energy resources, such as the natural gas found in the Rovuma Basin. The methodology used in the study is qualitative, with a documentary analysis, data from secondary sources are also used, such as reports from international organizations, such as the UN and SADC, to understand the dynamics of militarization and the response of the armed forces of Mozambique. The research also considers the impact of foreign military presence, with a reflection on the limits of sovereignty and the challenges of international cooperation in sensitive areas.

Keywords: Militarization. National Sovereignty. Indian Ocean.

Resumen

El artículo titulado “Proteccionismo e intereses estratégicos en el Océano Índico de Mozambique: alternativas nacionales y cooperación internacional” aborda la creciente presencia militar en la costa de Mozambique, analizando sus implicaciones para la seguridad nacional y la preservación de la soberanía del país. El principal objetivo del estudio es explorar cómo se utiliza la militarización costera como respuesta a los desafíos geopolíticos, incluida la protección de los recursos naturales y la defensa contra amenazas como la piratería y el extremismo religioso, particularmente en la provincia de Cabo Delgado. El estudio también explora cómo la militarización se relaciona con los intereses estratégicos de las potencias externas, que tienen intereses en la región debido a su importancia en el comercio internacional y los recursos energéticos, como el gas natural que se encuentra en la cuenca de Rovuma. La metodología utilizada en el estudio es cualitativa, con un análisis documental, también se utilizan datos de fuentes secundarias, como informes de organismos internacionales, como la ONU y la SADC, para comprender la dinámica de la militarización y la respuesta de las fuerzas armadas de Mozambique. La investigación también considera el impacto de la presencia militar extranjera, con una reflexión sobre los límites de la soberanía y los desafíos de la cooperación internacional en áreas sensibles.

Palabras clave: Militarización. Soberanía Nacional. Océano Índico.

¹ Doutoranda em Ciência Política e Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Católica de Moçambique. Mestre em Direito Empresarial. Licenciada em HIPOGEP (História Política e Gestão Pública, com Habilitações em Gestão Territorial, pela Universidade Pedagógica de Moçambique. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4073-3421>. Correio Eletrónico: pereiral@yahoo.com.br, lilamopereira.lp@gmail.com.

Introdução

O presente artigo faz uma análise da militarização no litoral moçambicano: interesses estratégicos e soberania nacional no contexto do Oceano Índico, destacando a presença militar estrangeira no território marítimo e suas implicações para a soberania nacional e os interesses estratégicos regionais e internacionais. O debate sobre a militarização de espaços marítimos se insere em uma discussão mais ampla sobre a governança dos oceanos no contexto do direito internacional e das relações internacionais. Entretanto, no caso específico de Moçambique, a relevância do Oceano Índico como um espaço estratégico, rico em recursos naturais e rota de transporte global, coloca o país no centro de interesses de diversos actores externos.

A soberania nacional, um princípio basilar das relações internacionais, está diretamente envolvida nessa análise, pois a presença militar estrangeira, mesmo quando justificada pela luta contra o terrorismo ou pela segurança marítima, levanta questionamentos sobre os limites da atuação de outros Estados no espaço marítimo moçambicano. Assim, estudar a militarização do litoral moçambicano implica compreender as interseções entre o direito internacional, a política de defesa e os interesses estratégicos, tanto nacionais quanto internacionais.

O objetivo principal deste artigo é explorar como a militarização costeira é usada como resposta aos desafios geopolíticos, incluindo a proteção de recursos naturais e a defesa contra ameaças, como a pirataria e o extremismo religioso, as causas e consequências dessa militarização, destacando os interesses estratégicos regionais e internacionais, bem como as implicações para a política externa e interna de Moçambique, como a militarização do litoral de Moçambique reflete interesses estratégicos regionais e internacionais e quais as implicações para a soberania do país.

Tem como objetivos específicos, identificar os principais atores envolvidos na militarização do litoral moçambicano, sejam eles estatais, internacionais ou privados, e os interesses estratégicos que motivam sua presença; descrever as características geopolíticas e econômicas do litoral moçambicano que o tornam um espaço estratégico para a presença militar; avaliar as implicações da presença militar estrangeira para a soberania nacional e o controle sobre os recursos marítimos do país.

A análise se concentra nos últimos anos, marcados por uma crescente presença militar estrangeira, especialmente após os ataques insurgentes em Cabo Delgado, que justificaram a intervenção de forças internacionais. Esse período é significativo por destacar as contradições entre a necessidade de cooperação internacional para segurança e o desafio de preservar a autonomia decisória de Moçambique.

Importa salientar, que a militarização do litoral moçambicano está associada não apenas à proteção contra ameaças à segurança, mas também ao controle estratégico de recursos e rotas marítimas. Além disso, essa militarização ocorre em um contexto de governança global onde interesses econômicos e geopolíticos frequentemente se sobrepõem às preocupações locais, resultando em dinâmicas de dependência e potencial perda de soberania, por isso, o artigo procura compreender como a cooperação internacional através da militarização consolida interesses nacionais e estrangeiras.

A metodologia adotada neste estudo é qualitativa, a análise baseia-se em uma revisão documental e em conceitos clássicos de soberania e segurança internacional, com base em fontes primárias e secundárias. Entre as fontes primárias, destacam-se as Constituições de Moçambique (1975, 1990 e 2004), tratados internacionais e declarações oficiais. As fontes secundárias incluem análises acadêmicas sobre militarização, segurança marítima e soberania no contexto do Oceano Índico.

A estrutura do artigo organiza-se em três momentos principais, onde primeiro, apresenta-se uma discussão conceitual sobre militarização e soberania no contexto marítimo. Em seguida, analisa-se o papel estratégico do litoral moçambicano no Oceano Índico, com destaque para as dinâmicas recentes de militarização. Por fim, avaliam-se as implicações dessa militarização para a soberania nacional e para os interesses estratégicos de Moçambique. Dessa forma, busca-se contribuir para o debate interdisciplinar envolvendo segurança, soberania e relações internacionais.

Papel Geopolítico do Oceano Índico

Moçambique é um país costeiro, localizado na orla do Oceano Índico cujas águas jurisdicionais se estendem pelo Canal de Moçambique, uma das principais rotas de tráfego marítimo internacional, isto associado às linhas de comunicação aéreo-ferroportuárias e rodoviárias, e a ligação dos países do hinterland ao mundo conferem ao país uma posição geoestratégica privilegiada.

O litoral moçambicano, com cerca de 2.700 km ao longo do Oceano Índico, possui uma localização estratégica que o torna um ponto crucial para a geopolítica global. Desde o período colonial, Moçambique foi valorizado como um corredor para o comércio marítimo e a exploração de recursos naturais. A independência do país em 1975 marcou o início de sua posição como um actor soberano nas relações internacionais, mas os desafios de governança e segurança marítima permaneceram ao longo das décadas.

A Marinha de Guerra de Moçambique (MGM) desempenha um papel crucial na defesa da soberania nacional e na proteção dos recursos marítimos. No entanto,

enfrenta desafios significativos, como a necessidade de modernização e capacitação para responder eficazmente às ameaças contemporâneas.

A cooperação internacional tem sido uma estratégia adotada para fortalecer a capacidade naval moçambicana. Parcerias com países como o Brasil têm sido estabelecidas, visando à projeção de poder e ao fortalecimento da presença no Oceano Índico. Essa cooperação é vista como um instrumento para aumentar a capacidade de defesa e promover a segurança regional.

A importância estratégica do Oceano Índico para Moçambique é evidente, considerando sua localização geográfica e os recursos naturais presentes na região. A militarização do litoral é, portanto, uma medida para assegurar a soberania nacional e proteger os interesses econômicos e estratégicos no contexto regional e internacional.

Moçambique, ao longo do Oceano Índico, ocupa uma posição geoestratégica crucial como corredor para o comércio e exploração de recursos, conectando o hinterland ao mundo. Desde a independência em 1975, o país enfrenta desafios de governança e segurança marítima, com a Marinha de Guerra buscando modernização e cooperação internacional, como com o Brasil, para fortalecer sua presença na região. A militarização do litoral é essencial para proteger a soberania nacional e os interesses estratégicos no Oceano Índico, uma área vital para a economia e segurança globais.

Protecção costeira e Sociopolítico Moçambicano

A militarização em um contexto sociopolítico refere-se ao processo pelo qual práticas e valores militares invadem e influenciam aspectos da vida civil e das instituições políticas. Isso pode ser observado no crescente papel das forças

armadas na governança, com os militares assumindo funções que antes eram de caráter civil, como o gerenciamento de recursos naturais e infraestrutura conforme crítica Michael Mann (1987).

Além disso, a militarização pode se manifestar por meio de políticas públicas que priorizam a segurança nacional e a defesa, muitas vezes em detrimento de direitos civis e liberdades individuais. Em alguns casos, o uso de narrativas militares é instrumentalizado para justificar ações políticas, como intervenções em questões sociais ou em contextos de crise Cynthia Enloe (2000). O impacto dessa militarização é profundo, pois pode alterar a dinâmica de poder no país, desafiando a autoridade das instituições democráticas e enfraquecendo os processos políticos, tornando-os mais dependentes da lógica da segurança e da repressão.

A militarização refere-se ao processo pelo qual instituições, práticas e valores militares se expandem e penetram em áreas não militares da sociedade. Isso pode incluir:

- a) A presença crescente das forças armadas na política e na governança;
- b) O uso de narrativas militares para justificar intervenções sociais ou políticas;
- c) A priorização de soluções militares para problemas civis.

Certos autores trazem alguns conceitos da militarização para podermos perceber melhor

- Michael Mann (1987) define a militarização como a mobilização de recursos materiais e ideológicos de uma sociedade para fins militares;
- Já a Cynthia Enloe (2000) foca no impacto da militarização em gênero, explorando como normas militares que reforçam as desigualdades.

A militarização pode ser entendida como o fortalecimento ou aumento das capacidades militares de um Estado para assegurar sua soberania e proteger seus

interesses estratégicos, como controle de territórios estratégicos (litorais, fronteiras); Proteção contra ameaças internas e externas; E a prevenção de conflitos ou repressão de insurgências.

A título de exemplo contextual, a militarização do litoral moçambicano no contexto do Oceano Índico, visando proteger recursos naturais e combater ameaças marítimas, como pirataria e tráfico.

A militarização econômica e infraestrutural refere-se ao processo pelo qual uma sociedade ou Estado direciona seus recursos materiais e financeiros para a expansão e manutenção das capacidades militares, muitas vezes em detrimento de outras áreas essenciais como educação, saúde e infraestrutura civil. Esse processo pode envolver o redirecionamento de grandes investimentos para a construção de infraestrutura militar, como bases, portos e aeroportos militares, e o desenvolvimento de uma "economia de guerra", na qual a produção e os serviços são fortemente orientados para atender às necessidades militares.

Refere-se ao investimento significativo em infraestrutura militar ou na economia de guerra, incluindo o desvio de recursos para gastos militares, também inclui a transformação de economias em "economias de guerra". Para Complementar, temos também a Militarização Latente: Infraestrutura civil com potencial de uso militar (portos comerciais usados para fins militares).

A militarização é o processo pelo qual valores e práticas militares influenciam diferentes esferas da sociedade, desde a política até a cultura. Inclui o fortalecimento de capacidades militares para assegurar soberania e proteger interesses estratégicos, como litorais e fronteiras. Também envolve investimentos em infraestrutura com potencial militar e a normalização do uso da força, impactando a educação, propaganda e políticas públicas. Exemplos como a militarização do litoral

moçambicano ilustram a proteção de recursos naturais e combate a ameaças marítimas, como pirataria e tráfico.

É a normalização da presença militar e do uso da força na sociedade, impactando a educação e a propaganda, as representações culturais (media, filmes), também como enfatizar a narrativa de segurança nacional como justificativa para políticas de repressão.

A Riqueza do Oceano Índico e a Centralidade de Moçambique

Segundo Vira (2020), ele destaca que o Oceano Índico é amplamente reconhecido como uma das rotas marítimas mais importantes do mundo, ligando economias emergentes e desenvolvidas²

De referir que Moçambique, esta situado na borda ocidental desse oceano, e que ele ocupa uma posição central como ponto de conexão para países sem litoral no sul da África, como Zimbábue, Zâmbia e Malawi.

Para Shaxson (2007), ele afirma que “a exploração de recursos naturais em áreas marítimas frequentemente atrai interesses estrangeiros, não apenas de empresas, mas também de Estados que buscam assegurar suas cadeias de suprimentos.” Além disso, as descobertas de vastas reservas de gás natural na Bacia do Rovuma, no norte do país, reforçaram o valor estratégico de Moçambique.”

Para estes dois autores acima, Moçambique ocupa uma posição estratégica no Oceano Índico, conectando economias globais e países sem litoral do sul da África, como Zâmbia e Zimbábue, e a exploração de recursos marítimos, como as reservas

² "O Oceano Índico tornou-se um espaço de competição estratégica devido à sua importância econômica e geopolítica, especialmente para o transporte de energia e recursos naturais."

de gás natural na Bacia do Rovuma, atrai interesses internacionais de empresas e Estados, ampliando sua importância geopolítica.

Proteccionismo do litoral moçambicano no contexto da cooperação internacional

Morier-Genoud (2020), observa que "a intervenção militar estrangeira em Moçambique combina interesses humanitários, de segurança e econômicos, muitas vezes em detrimento da soberania do Estado anfitrião." A insurgência em Cabo Delgado, iniciada em 2017, transformou a dinâmica de segurança no litoral norte de Moçambique; Grupos armados associados ao extremismo islâmico criaram uma crise humanitária e de segurança que atraiu a atenção de atores internacionais, incluindo forças militares estrangeiras

De acordo com Schoeman (2021), "a militarização de regiões estratégicas frequentemente reflete uma tensão entre a necessidade de segurança imediata e a preservação da autonomia estatal." Países como Ruanda e blocos regionais, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), enviaram tropas para auxiliar no combate à insurgência. No entanto, essas intervenções levantam preocupações sobre a soberania de Moçambique e a possibilidade de ingerência em seus assuntos internos.

Para os autores acima, eles destacam que as intervenções militares estrangeiras em Moçambique, motivadas por interesses humanitários, de segurança e econômicos, frequentemente comprometem a soberania nacional. A insurgência em Cabo Delgado, ligada ao extremismo islâmico, gerou uma crise que atraiu forças internacionais, como Ruanda e a SADC, para apoiar essas ações, porém, levantam tensões entre segurança imediata e autonomia estatal.

Saul Cohen³, geopolítico americano, diferencia as características de uma região estratégica de uma região geopolítica. A primeira deve ser grande o suficiente e possuir características de modo a poder influenciar o planeta inteiro, visto que a estratégia contemporânea é necessariamente global.

Ainda segundo o autor, existiriam apenas duas regiões geoestratégicas: o mundo marítimo e o mundo continental euroasiático. Ele sugere, no entanto, a formação de uma terceira região geoestratégica: o Oceano Índico, porém com um status inferior dos dois anteriores.

Como as regiões geopolíticas originam-se da divisão das regiões geoestratégicas, segundo o geopolítico americano, o mundo marítimo encerraria assim as seguintes entidades geográficas: o mundo americano-britânico e o Caribe, a América do Sul, a Europa marítima e o Maghreb, a Ásia marítima e a Oceânia. O mundo continental euroasiático incluiria o heartland russo, a Europa oriental e a parte terrestre da Ásia (COHEN, 1964).

O Oceano Índico possui uma importância estratégica significativa, conforme analisado por diversos estudiosos que trazem as suas abordagens sobre este conceituado assunto, ora vejamos abaixo:

Kaplan (2010) destaca que a região é vital para o comércio global, servindo como principal rota para o transporte de energia entre o Oriente Médio e a Ásia. A Índia, conforme observado por Jamwal (2002), considera o Oceano Índico essencial para sua segurança e desenvolvimento, buscando projetar poder na região para assegurar suas rotas marítimas.

³ A região geoestratégica é a expressão de inter-relação de uma grande porção do mundo em termos de localização, orientação comercial e ligações culturais ou ideológicas. O controle das vias de comunicações marítimas e terrestres é crucial para a unidade das regiões estratégicas. A região geopolítica é uma subdivisão desta. Ela se caracteriza pela contiguidade das unidades geográficas que a compõem e pela complementaridade dos recursos (COHEN, 1964, grifo nosso).

Além disso, a crescente presença da China no Oceano Índico, através de iniciativas como a "String of Pearls", é analisada por autores como Dev (2007), que discute a competição estratégica emergente entre China, Índia e Estados Unidos na área. Essas análises evidenciam a relevância geopolítica do Oceano Índico no cenário internacional contemporâneo.

Segundo Deepak Kumar (2009) enfatiza que a região é rica em recursos energéticos, como petróleo e gás natural, e serve como uma via crucial para o tráfego marítimo internacional, conectando o Golfo Pérsico ao Oceano Pacífico.

A Índia considera o Oceano Índico uma área estratégica fundamental para seu envolvimento diplomático e de defesa, buscando exercer influência na região para garantir seus interesses de segurança e desenvolvimento. Além disso, a presença de bases militares de potências como os Estados Unidos, notadamente na ilha de Diego Garcia, destaca a relevância geopolítica do Oceano Índico, servindo como ponto estratégico para operações no Golfo Pérsico e outras áreas adjacentes.

A segurança mundial depende da estabilidade política e da paz no Oceano Índico, uma região vital para o comércio global, ameaçada por terrorismo, pirataria e tráfico de seres humanos e drogas. Outrossim, com essas análises só nos resta perceber e reforçar a grande importância estratégica do Oceano Índico, evidenciando sua centralidade nas dinâmicas de poder e segurança internacionais.

Interesses Estratégicos no Litoral Moçambicano

O litoral de Moçambique possui uma importância estratégica multifacetada, abrangendo aspectos econômicos, geopolíticos, ambientais e de segurança. A posição geográfica privilegiada do país no Oceano Índico e a abundância de recursos naturais fazem dele um ponto central para interesses nacionais, regionais e globais.

Recursos Naturais e Energia

O litoral moçambicano abriga vastas reservas de recursos naturais, particularmente na Bacia do Rovuma, onde foram descobertos grandes depósitos de gás natural em 2010. Essas reservas têm o potencial de transformar Moçambique em um dos maiores exportadores mundiais de gás liquefeito (GNL), atraindo investimentos bilionários de empresas como TotalEnergies, ExxonMobil e Eni.

Conforme Vines (2019), "os projetos de exploração de gás natural em Moçambique não são apenas cruciais para a economia do país, mas também para a segurança energética global, especialmente para mercados da Europa e da Ásia." No entanto, a presença desses recursos também atrai interesses competitivos, tanto de Estados como de corporações multinacionais.

Corredor Logístico e Conexão Regional

Moçambique serve como um corredor essencial para o comércio entre os países sem litoral da África Austral, como Zimbábue, Malawi e Zâmbia, e os mercados globais. Os portos de Maputo, Beira e Nacala são pontos de entrada e saída para mercadorias e recursos minerais. A infraestrutura portuária e ferroviária conectada ao litoral é de interesse estratégico para a SADC, que busca garantir a estabilidade e funcionalidade dessas rotas comerciais.

Como argumenta Ferreira (2018), "a geografia de Moçambique posiciona-o como um elo crítico para o comércio regional, tornando a segurança do litoral uma prioridade estratégica para toda a região."

Segurança Marítima e Combate ao Crime Transnacional

A localização de Moçambique no Oceano Índico o torna vulnerável a várias ameaças, como pesca ilegal, tráfico de drogas e pirataria. Estas atividades não só afetam a economia local, como também colocam em risco a segurança regional.

Bueger e Edmunds (2017) afirmam que "a segurança marítima no Oceano Índico está cada vez mais relacionada à proteção de rotas comerciais e ao combate a atividades ilícitas que ameaçam a estabilidade costeira." A proteção do litoral moçambicano é, portanto, uma prioridade tanto para o governo local quanto para os parceiros internacionais.

A segurança marítima é fundamental para a estabilidade internacional, especialmente no combate ao crime transnacional que se aproveita das vastas extensões oceânicas para atividades ilícitas. A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, também conhecida como Convenção de Palermo, é um marco legal que visa fortalecer a cooperação internacional nesse combate. No contexto africano, a Carta de Lomé destaca a importância da proteção e segurança marítimas, reconhecendo o impacto do crime organizado transnacional na região.

Em Moçambique, a cooperação internacional tem sido intensificada para enfrentar esses desafios. O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) promoveu treinamentos conjuntos entre autoridades moçambicanas e brasileiras para aprimorar a resposta ao crime transnacional em sistemas fluviais, fortalecendo a capacidade de interceptação e fiscalização.

A Insurgência em Cabo Delgado e preocupação regional

Desde 2017, a província de Cabo Delgado tem sido palco de ataques de grupos armados vinculados a movimentos extremistas. Esta crise desestabilizou a região e desencadeou uma resposta militar tanto do governo moçambicano quanto de atores regionais e internacionais. A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) desempenhou um papel central, enviando tropas no âmbito da Missão da SADC em Moçambique (SAMIM) para apoiar as Forças de Defesa e Segurança (FDS) no combate à insurgência.

A resposta inicial do governo moçambicano enfrentou desafios devido à falta de recursos e à complexidade do terreno, dificultando a erradicação das causas profundas do conflito.

Como observa Schoeman (2021), “a intervenção regional reflete tanto um compromisso com a segurança coletiva quanto os desafios da cooperação militar em uma área de alta complexidade geopolítica.” Analistas apontam que a resposta lenta às causas subjacentes da insurgência pode agravar a situação, permitindo que grupos terroristas retomem ataques em distritos do norte da província.

Em resposta à escalada da violência, a comunidade internacional, especialmente os países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), tem intensificado esforços para apoiar Moçambique. A SADC, juntamente com países como Ruanda, enviou tropas para auxiliar no combate à insurgência, visando restaurar a segurança e a estabilidade na região. No entanto, essas intervenções levantam preocupações sobre a soberania de Moçambique e a possibilidade de ingerência em seus assuntos internos

Geopolítica e competição global

O Oceano Índico tornou-se um campo de competição entre potências globais como Estados Unidos, China e Índia. Moçambique, com sua localização estratégica, é visto como uma peça fundamental nesse jogo de influência. A China, por exemplo, tem investido em projetos de infraestrutura no país, enquanto a Índia tem interesse em proteger suas rotas marítimas e expandir sua presença regional.

Kaplan (2010) ressalta que "a competição no Oceano Índico é guiada por interesses econômicos e estratégicos, onde países costeiros como Moçambique desempenham papéis desproporcionais ao seu tamanho devido à sua localização."

A geopolítica contemporânea é caracterizada por uma intensa competição global, na qual Estados buscam expandir sua influência e assegurar recursos estratégicos. Essa dinâmica é impulsionada por fatores como avanços tecnológicos, disputas territoriais e rivalidades econômicas. A ascensão de potências emergentes, como China e Índia, desafia a hegemonia tradicional de nações ocidentais, resultando em uma reconfiguração das alianças e na formação de novos blocos econômicos e militares. Conforme observado por especialistas, essa competição gera um ambiente internacional mais complexo e multipolar.

Nesse contexto, a geopolítica se expande para incluir o ciberespaço, com a soberania digital e a cibersegurança tornando-se questões críticas. A rivalidade entre Estados Unidos e China em torno do 5G e outras tecnologias emergentes exemplifica como o ciberespaço se tornou um campo de batalha geopolítico. Além disso, as mudanças climáticas estão remodelando a geopolítica global, abrindo novas rotas marítimas e expondo reservas de recursos anteriormente inacessíveis, gerando novas disputas territoriais.

Desafios à Soberania e Segurança Regional

A presença militar estrangeira no litoral moçambicano também deve ser entendida no contexto de rivalidades globais. Potências como os Estados Unidos, China e Índia competem por influência no Oceano Índico, vendo em Moçambique uma oportunidade de expandir suas esferas de poder. Essa dinâmica é bem ilustrada por Chaturvedy (2014), que afirma que "o Oceano Índico é palco de uma nova corrida por influência geopolítica, na qual Estados costais se tornam peças-chave."

Os desafios à soberania e segurança regional emergem em contextos nos quais a intervenção externa, conflitos internos e tensões geopolíticas impactam diretamente a capacidade de um Estado de controlar seu território e tomar decisões soberanas sem a interferência de atores estrangeiros ou forças externas. Em regiões como a África, onde Moçambique é um exemplo relevante, o aumento da presença militar estrangeira e a instabilidade gerada por insurgências, como a que ocorre em Cabo Delgado, desafiam a soberania dos países.

Além disso, a segurança regional é comprometida quando países vizinhos e blocos regionais, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), se veem obrigados a intervir para garantir a estabilidade, o que pode gerar disputas sobre a definição do papel de cada ator regional na gestão de crises. Esses desafios à soberania e segurança regional são agravados pela competição por recursos naturais e pela presença de grupos extremistas ou organizações terroristas, que se aproveitam das fragilidades dos Estados para expandir sua influência.

Portanto, a defesa da soberania e segurança regional exige uma abordagem equilibrada entre a cooperação regional e a proteção dos direitos e decisões internas dos Estados, sem abrir mão da segurança coletiva.

Considerações Finais

A militarização do litoral moçambicano e a presença estrangeira refletem uma confluência de fatores locais, regionais e globais. Embora contribuam para enfrentar a insurgência e proteger investimentos, essas dinâmicas também ameaçam a soberania nacional e criam desafios para o desenvolvimento sustentável e a estabilidade regional. O equilíbrio entre segurança, cooperação internacional e autonomia estatal continua sendo um desafio estratégico para Moçambique.

Moçambique se encontra em um momento decisivo de sua trajetória, em que os desafios internos e externos interagem e moldam o futuro do país. A crescente militarização do litoral, a presença de forças estrangeiras, as tensões internas e a exploração de recursos naturais colocam o país em uma posição estratégica, mas também expõem fragilidades na sua soberania e governança.

A insurgência em Cabo Delgado e as desigualdades sociais e econômicas persistentes são fatores que enfraquecem a confiança pública e dificultam o desenvolvimento sustentável. Contudo, as perspectivas de Moçambique não são desprovidas de esperança. O país possui um vasto potencial, não só na exploração de seus recursos naturais, mas também na diversificação de sua economia, fortalecimento institucional e promoção de uma governança mais inclusiva e transparente.

O caminho para Moçambique requer uma estratégia equilibrada entre a cooperação internacional, que continua sendo necessária, e a preservação da autonomia nacional, com foco na implementação de políticas que beneficiem a população e promovam o desenvolvimento sustentável. A capacidade do país de responder aos desafios com soluções internas inovadoras e uma diplomacia inteligente será decisiva para consolidar sua posição no cenário regional e global.

Referências

- Acharya, A. (2014). *Constructing Global Order: Agency and Change in World Politics*. Cambridge University Press.
- African Union. (2021). *Policy Framework on Maritime Security in Africa*.
- Moçambique, Governo de. (2022). *Estratégia Nacional de Defesa Marítima*.
- Bueger, C., & Edmunds, T. (2017). "Beyond Seablindness: A New Agenda for Maritime Security Studies." *International Affairs*.
- Beginning." *Journal of Eastern African Studies*.
- Brewster, D. (2014). *India's Ocean: The Story of India's Bid for Regional Leadership*. Routledge.
- Bueger, C., & Edmunds, T. (2017). "Beyond Seablindness: A New Agenda for Maritime Security Studies." *International Affairs*.
- Cohen, Saul B. *Geography and Politics in a Divided World*. London: Methuenn, 1964.
- Costa, António (2017) - "Segurança Marítima em África" Relatório do Instituto de Estudos Estratégicos de Moçambique (2019)
- Ferreira, M. (2018). *Southern African Development and Trade Corridors*. Pretoria University Press.
- Kaplan, R. D. (2010). *Monsoon: The Indian Ocean and the Future of American Power*. Random House.
- Morier-Genoud, E. (2020). "The Jihadist Insurgency in Mozambique: Origins, Nature, and

Smith, M. A. (2020). "The Militarization of Strategic Waterways". *Journal of Maritime Studies*, 15(2), 145-167
Vines, A. (2019). "Mozambique's Future Gas Hub: Challenges and Opportunities." *Chatham House*.

Silva, J. (2020). "Marine Conservation and Economic Development in Mozambique." *Journal of African Environmental Studies*.

Schoeman, M. (2021). "Maritime Security and Regional Stability in Southern Africa." *African Security Review*.

Silva, João Paulo Ngala (2018) - "Moçambique e a geopolítica do Índico: desafios e perspectivas" "A posição estratégica de Moçambique no Canal de Moçambique representa um ponto crucial para o controle das rotas marítimas do Oceano Índico".

Santos, Maria Helena (2020) - "Moçambique e as Novas Dinâmicas do Índico"

Vines, A. (2019). "Mozambique's Future Gas Hub: Challenges and Opportunities." *Chatham House*.

Vicente, Paulo (2019) - "Segurança Marítima na África Oriental" "O processo de militarização da costa moçambicana reflete tanto ameaças externas quanto a necessidade de proteção dos recursos naturais".

Os(as) autores declararam que a presente contribuição é original, que não foi submetida a outro periódico e que não identificaram conflitos de interesse ao longo do processo de submissão, avaliação, edição e publicação.



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.